

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 15ª DO ANO DE 2023.

Aos onze (11) dias do mês de setembro (09) de dois mil e vinte e três (2023), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a presidência do vereador Roberto João Mozelli Calhau Vervloet, que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Pedro Paulo Silva de Souza, Wagner Vieira França, Alcemar Dutra Pires, Marven Menezes Lins, Jarmas de Almeida Leite, José Manoel Lopes da Silva, Jurandi Medeiros de Athaídes e Janaina Luzia O. Pimentel Passalini. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão e convidou a todos para a execução dos hinos Nacional e do Município. Logo após cumprimentou a cada um dos colegas Vereadores, cumprimentou também todos que estão no Plenário e aos que estão assistindo pelo canal oficial da Câmara. Em seguida convidou o Pastor Luis Carlos que sempre comparece às sessões desta Casa para trazer uma mensagem de fé. Logo após pediu ao 1º Secretário, Vereador Pedro Paulo para proceder a leitura da ata da sessão ordinária anterior que foi aprovada sem ressalvas.

PEQUENO EXPEDIENTE: Ofício nº 2107/2023/GAB/CVSC/PR-ES, do Procurador da República, Carlos Vinicius Soares Cabeleira, solicitando para que no prazo de vinte dias, manifeste sobre os fatos narrados no anexo, encaminhando a documentação comprobatória pertinente e esclarecendo em especial: i) se o município observa o piso salarial profissional nacional para o pagamento dos profissionais do magistério público da educação básica, na forma da Lei nº 11.738/08; ii) se são utilizados recursos federais para complementar a integralização do piso salarial, caso não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado (art. 4º da Lei nº 11.738/08). Em anexo Manifestação do Deputado Sérgio Majeski, requerendo providências do Ministério Público Federal para garantir o pagamento do piso salarial do profissional do Magistério pelos municípios do Estado do Espírito Santo. O Presidente esclareceu

que a Câmara foi oficiada para apresentar ao Ministério Público Federal resposta ao pedido de informação se o Município de São José do Calçado vem cumprindo o piso salarial do magistério. Lembrou que em 2021 foi feita uma atualização e a partir daquele momento ela se perdeu porque o piso foi atualizado e o município deixou de dar cumprimento ao pagamento do piso. Informou que hoje encaminhou ao Secretário de Educação esse pedido de informações que a Câmara estará respondendo. E deixou um apelo para que o município possa se situar quanto ao pagamento do piso salarial do magistério que é uma demanda importante, é um direito dos professores receber o piso, o poder público federal da União faz um repasse significativo para a educação básica através do FUNDEB e através do FUNPAES o governo do estado também ajuda o município no custeio da educação de ensino integral, sendo assim, reivindica e manifesta sua opinião pelo cumprimento do piso porque os professores realmente merecem e tem direito ao pagamento desse piso salarial. O Ministério Público Federal já está se movimentando para que as Prefeituras se atualizem e passem a pagar o piso salarial dos professores. Os Vereadores Marven, Waguinho e Alcemar também se manifestaram sobre a questão. A Vereadora Janaina deixou registrado que já existe um planejamento de orçamento sendo feito para ser anunciado para esses profissionais que merecem e deixou claro que esse repasse é feito pelo governo federal, que contribui para uma educação mais consistente e com mais resultado. O Vereador Alcemar se referiu também ao piso da enfermagem que o Prefeito ainda não mandou nenhum projeto para esta Casa com relação a isso, sendo que o Governo Federal também já fez o repasse aos municípios para esse fim.

ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 12/2023, do Executivo, que “Dispõe sobre as Diretrizes de Elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências – LDO”. Leitura das propostas de emendas modificativas ao Projeto de Lei nº 12/2023 apresentadas pelo Presidente desta Casa

Vereador Roberto João: **a) nº 001** – ao artigo 8º que passa a possuir a seguinte redação: “Art 8º - *O percentual da Proposta Orçamentária da Câmara Anual em 7,00% (sete por cento), das receitas arrecadadas no exercício de 2023, previstas na Emenda Constitucional nº 025/2000*”; **b) nº 002** - ao artigo 22 que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 22 – *As receitas e despesas*

poderão ter seus valores corrigidos, a partir de 01 de janeiro de 2024 por índice oficial, caso o índice de inflação do exercício de 2023 seja superior a 10% (dez por cento), devidamente autorizada pelo Poder Legislativo”; **c) nº 003** - ao artigo 28 que passa a possuir a seguinte redação: “Art.28 – Fica o Poder Executivo e Legislativo no exercício de 2024, observado o disposto no art.169 da Constituição Federal, autorizados as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, reposição salarial, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observando o disposto nos art. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101 de 2000.”; **d) nº 004** - ao artigo 41 que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 41 – (...) I – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido na lei, inclusive alienação de imóveis, mediante autorização Legislativa específica; II - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor, mediante autorização Legislativa específica; III – Abrir crédito suplementar e especial; IV – Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos, para cobertura de créditos adicionais de que se trata o inciso III; V – Abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, não sendo contabilizado este no percentual de autorização para remanejamento da LDO; VI – Criar projeto, atividade, fonte de recurso e elemento de despesa para atender a necessidade da execução orçamentária.; Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a abrir créditos especiais e extraordinários, previstos nos incisos III e IV deste artigo, conforme disposto no art. 167, §2º, da Constituição Federal, até o limite de 50% (cinquenta por cento), do orçamento do Poder Executivo e Legislativo, através de Decreto Municipal.; **e) nº 005** - ao artigo 44 que passa a possuir a seguinte redação: “Art.44 – (...) §1º - Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizado a promoverem alterações no quadro detalhamento da despesa – QDD, mediante movimentação e remanejamento de dotações orçamentárias, para atender as necessidades de execução de despesa, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento do Poder Executivo e Legislativo, com exceção dos créditos adicionais por excesso de arrecadação que não serão computados para fins do limite de 50% de suplementação; §2º - (...) § 3º - As alternativas descritas no parágrafo 1º deste artigo, serão feitas através de decreto municipal

do Chefe do Executivo.; **f) nº 006** - ao artigo 43 que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 43 – Os créditos adicionais do Orçamento da Câmara Municipal deverão ser abertos pelo Poder Legislativo, através de Decreto Municipal do Poder Executivo, respeitando os limites e condições autorizados em Lei.”; **g) nº 007** - ao artigo 47 que passa a possuir a seguinte redação: “Art. 47 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal, desde que autorizado pelo Poder Legislativo.” O Presidente submeteu o Projeto de Lei nº 12/2023 em votação, todos os vereadores votaram favoráveis, em seguida o Presidente submeteu as propostas de emenda em votação e todos os Vereadores também votaram favoráveis, ficando, portanto, o **Projeto de Lei nº 12/2023 aprovado por unanimidade com a adição das sete emendas apresentadas. Projeto de Lei nº 023/2023**, do Executivo que “Dispõe sobre a realização da V Mostra de Café Arábica de Qualidade de São José do Calçado – ES, e dá outras providências”, a ser realizada em outubro de 2023 pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 025/2023**, do Executivo que “Altera a redação da Lei Municipal nº 1.789/2013 e suas alterações, e dá outras providências”. Proposta de emenda modificativa 001 apresentada pelo Vereador Waguinho alterando a redação do artigo 3º que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º - O terreno, objeto da presente doação, poderá ser utilizado para o fim específico de construção da COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR, e se em 05 (cinco) anos, depois de efetivada a lavratura da escritura, não for implantado tal empreendimento o imóvel será revertido ao patrimônio do Município, sem direito de retenção ou de qualquer indenização das benfeitorias construídas ou em andamento.” **Aprovado por unanimidade com a emenda. Projeto de Lei nº 017/2023**, de autoria do Vereador Marven que “Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas instituições de ensino públicas e particulares no município de São José do Calçado e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 018/2023**, de autoria do Vereador Wagner França, que “Institui o Programa de

Capacitação e Inclusão para crianças acolhidas no Município de São José do Calçado e dá outras providências.” **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 019/2023**, de autoria da Vereadora Janaina que “Dispõe sobre a divulgação dos dados dos Conselhos Municipais na página oficial da Prefeitura e Câmara Municipal na internet, e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 020/2023**, de autoria da Vereadora Janaina que “Dispõe sobre a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do município, e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade. Requerimentos de autoria da Vereadora Janaina:** **a) nº 129/2023** solicitando ao Prefeito juntamente com o setor de engenharia que encaminhe em caráter de urgência o Projeto de reforma dos vestiários, iluminação e arquibancada do campo do União do Distrito de São Benedito via Edocs ao Secretário Estadual de Esportes, Sr. José Carlos Nunes; **b) nº 152/2023** solicitando ao Sr. Prefeito que encaminhe à esta Casa o memorial fotográfico e os relatórios do cronograma físico e financeiro do Setor de Engenharia, referentes ao andamento das obras da CMEI Orozina Maria da Silva, localizada no Distrito de Alto Calçado; **c) nº 164/2023** solicitando que encaminhe ofício ao Exmº Sr. Prefeito, assim como ao Secretário Municipal de Agricultura, para que seja viabilizado em caráter de urgência o serviço de terraplanagem, no terreiro da propriedade do Sr. Leandro Ruel, na localidade do Pontão de Baixo, possibilitando ao mesmo realizar a ampliação de sua fábrica de polpa de frutas. **Aprovados por unanimidade. Requerimentos de autoria do Vereador Jurandi:** **a) nº 170/2023** reiterando requerimento nº 133/23, onde solicita informações sobre o teatro Darlene Glória, tombado pela Lei Complementar nº 017/2022 como patrimônio material, histórico e sociocultural do Município de São José do Calçado, procedendo o seu tombamento. Solicita que informe a esta Casa de Leis a situação das obras realizadas para manter a conservação do bem tombado e o que de fato funcionará no referido prédio público; **b) nº 171/2023** reiterando o requerimento nº 132/2023, onde solicita cópia dos projetos, dos processos licitatórios e dos processos de pagamento das reformas das praças Cel. Alfredo Lobo, Waldir José de Souza e Cel. José Dutra Nicácio,

da Unidade de Saúde do Bairro João Marcelino de Freitas, do Pólo Empresarial e do Portal; **c) nº 176/2023**- Solicitando que encaminhe ofício ao Secretário Municipal de Assistência Social, para que encaminhe à esta Casa de Leis a relação dos beneficiários do “cartão reconstrução”, oferecido pelo governo do estado no ano de 2023, com seus respectivos endereços; **d) nº 177/2023** solicitando que oficie ao Prefeito para fornecer os relatórios com cópias de todos os contratos de Assessoria/Consultoria, nas áreas: Jurídica, Contábil, Licitações e convênios, Marketing, Informática e outros que se encontram em vigor na Prefeitura e nas Secretarias Municipais; **e) nº 178/2023** solicitando ao Sr. Prefeito as cópias do processo licitatório, contendo contrato e termos aditivos, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina do trabalho, com equipe multidisciplinar. A empresa MEDTRAB foi a vencedora do referido certame; **f) nº 179/2023** solicitando ao Prefeito que forneça cópias do procedimento licitatório, contendo contrato e termos aditivos, referente à contratação de empresa especializada em transporte escolar. A empresa COOPSULES venceu o referido certame; **g) nº 180/2023** solicitando ao Prefeito que forneça as cópias do procedimento licitatório, contendo contrato de termos aditivos, referente à contratação de empresa especializada em locação, armazenamento, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos. A CTRCI: Central de Tratamentos de Resíduos Cachoeiro do Itapemirim venceu o certame; **h) nº 181/2023** solicitando ao Prefeito Municipal para fornecer o relatório das placas de toda frota de veículos utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde. **Aprovados. Requerimentos de autoria do Vereador Marven: a) nº 172/2023** reiterando o requerimento nº 082/2023, onde solicita ao Executivo que seja realizada uma reforma ampla e geral no campo society localizado no bairro João Marcelino de Freitas (Vala). Solicita também a limpeza, conservação e revisão (manutenção) da parte elétrica da iluminação da quadra de areia da Praça Saudável, localizada também no Bairro João Marcelino de Freitas (Vala); **b) nº 173/2023** solicitando que seja encaminhado ofício ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Ciro Passalini de Abreu, solicitando que encaminhe a esta Casa, as informações abaixo relacionadas: 1 - Quem é o Supervisor de Educação Especial nas escolas? 2 - Quantos profissionais tem na sala de recurso AEE (*Atendimento*

Educacional Especializado)? 3 -Esses profissionais possuem capacitação para atender as crianças com transtornos globais como: Autismo, TDHI, TOD, Transtorno de ansiedade e outros? 4 - Quantos alunos laudados têm em nosso município e nos distritos? 5 - Esses cuidadores possuem ao menos algum tipo de curso destinado a cuidar e ajudar as crianças com transtornos? 6 - Como é feito o atendimento da sala de recursos e quantas vezes por semana cada criança tem direito? 7 - Quando no laudo médico é relatado que a criança necessita de um mediador ou cuidador, é prestado esse serviço?; **c) nº 174/2023** reiterando requerimento nº 0124/2023, aprovado em 10/07/23, em que solicita ao Executivo que seja realizado o pagamento de insalubridade dos meses de janeiro e fevereiro aos profissionais que trabalham na limpeza urbana do município; **d) nº 175/2023** solicitando que seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito Municipal e ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, reiterando requerimento nº 140/2023, aprovado por esta Casa de Leis em sessão ordinária realizada no dia 25 de julho do corrente ano, onde solicitou a cópia do contrato e relatórios de pagamentos referentes a confecção de próteses dentárias que eram fornecidas a população calçadense de forma gratuita no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, nos anos de 2021, 2022 e 2023. Tal solicitação se faz necessária, pois a resposta enviada a esta Casa, se encontra incompleta por não conter informações referentes ao ano de 2023. **Aprovados. Requerimento nº 182/2023 assinado pelos Vereadores Jurandi, Roberto, Marven, Alcemar e Wagner** solicitando que seja encaminhado ofício ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal, com o intuito de convidá-lo a participar da Sessão Ordinária que se realizará no dia 25 de setembro do corrente ano, no Plenário desta Casa, às 19h, para tratar de assuntos relevantes à esta municipalidade. Submetido à votação os Vereadores Paulinho, Fifi, José Manoel e Janaina votaram contra, os Vereadores Wagner, Alcemar, Marven e Jurandi votaram favoráveis. O Presidente desta Casa, Vereador Roberto João votou favorável, ficando, portanto, **aprovado o Requerimento nº 182/2023. PALAVRA FRANQUEADA.** Obedecendo a ordem de inscrição o Presidente concedeu a palavra ao Vereador Waguinho França, que após cumprimentar a todos falou sobre algumas situações que estão acontecendo no transporte escolar com relação aos monitores, aconteceram alguns episódios não muito

agradáveis no município, e vem solicitar ao Secretário de Educação que na escolha dos monitores seja realizado um treinamento porque essa função por mais que não pareça é uma função muito importante devido estarem lidando com crianças, disse ainda que não culpa os monitores, mas sim quem os coordena, a gestão que os contrata porque antes de entrar nessa função eles teriam que ter um curso específico. O Vereador Waguinho falou também com relação ao cidadão Alan Gonçalves que espalhou várias fake news, mentiras em áudios e em rede social e informou que entrou com ações na Polícia Civil e na Justiça, o Juiz da Comarca já emitiu parecer deferindo os pedidos. Disse ainda que vão descobrir, sabe, mas ainda não pode afirmar que esse cidadão está sendo financiado por alguém que tem interesse em atrapalhar principalmente a Comissão Processante desta Casa de Leis para tirar o foco dessa Comissão Processante. O Juiz já determinou a exclusão dos trechos do vídeo que ele fala de meia perseguição política ao Prefeito e outras situações, tanto do blog quanto do instagram sob pena de multa diária de cinco mil reais. O Vereador Waguinho falou também em relação as mensagens de whatsapp, mensagens mentirosas que a seu ver foram invertidas, alguém fez isso e colocaram que os Vereadores pediram dinheiro para afetar o trabalho dessa Casa de Leis, da Comissão Processante, querendo colocar opinião pública contra os Vereadores, mas o povo não é bobo não, o povo está assistindo e acompanhando, só está com medo de se manifestar e não tira a razão porque sabe muito bem o que está acontecendo no município hoje, a perseguição que existe e acredita que na hora certa o manifesto vai vir. Foi estipulada uma multa diária de sete mil reais, então se alguém espalhar notícias falsas, principalmente o cidadão acima citado que vive à custa disso de estar tentando prejudicar alguém dentro de órgão publico, muitos falam que ele recebe para estar fazendo matéria contra adversário político, sempre ouviu falar isso e até acredita. Quando a pessoa está fazendo a coisa certa ela não tem que temer nada, ainda mais mentira vinda de certos cidadãos pagos por outros certos cidadãos sem escrúpulo nenhum. Na seqüência usou a Tribuna desta Casa o Vereador Jurandi que após cumprimentar a todos falou do seu compromisso em defesa do povo de São José do Calçado e fez um desabafo sobre a situação política no município. Seguindo a ordem de inscrição o Presidente concedeu a palavra ao Vereador

Alcemar, que após cumprimentar a todos perguntou ao Vereador José Manoel se saberia informar se vai ter festa no Distrito porque o mesmo estava em conversa com o Executivo. Em resposta o Vereador José Manoel disse que não tem nada definido ainda. O Vereador Alcemar disse que vem reivindicar a festa dos três Distritos porque a pandemia já acabou e nossos moradores de Distrito merecem ter sua festa. Em sua opinião é muito importante ter a festa porque é onde param para conversar com os colegas e interagir. Pediu ao Secretário de Educação que coloque um cadeado no portão e feche as janelas da escola que fica localizada próxima a antiga CCPL no Bairro João Marcelino de Freitas (Vala) porque a mesma foi reformada, porém algumas pessoas estão entrando na escola fora de hora e está fuçando suja e incomodando os vizinhos. Ainda o Vereador Alcemar reivindicou o piso salarial para a enfermagem porque durante a pandemia realizaram um trabalho muito sério e muito importante. Disse ainda que o Governo Federal já repassou os recursos para o Estado e o Estado já repassou para o Município e só falta o Prefeito enviar o Projeto para apreciação desta Casa. Agradeceu ao Deputado Da Vitória por sempre ajudar o nosso Município, entregou três tratores que já estão trabalhando. Comentou ainda que o Executivo já fez a parte dele colocando operador, porém ainda está faltando um pouco porque o produtor precisa colocar o óleo e em uma hora de serviço de trator são dez litros o que corresponde a aproximadamente sessenta e dois reais e para o pequeno produtor hoje é muito dinheiro, sendo assim reivindicou ao Secretário de Agricultura porque a lei ampara a cada produtor com cinco horas do serviço de máquina por ano e se isso estiver acontecendo é para algumas pessoas não é para todos e por isso vem reivindicar para todos que estão dentro das exigências da lei e não estão sendo contemplados. Agradeceu ainda ao Deputado Da Vitória que atendeu seu pedido e já se encontra depositado na conta da Secretaria de Saúde do Município de São José do Calçado, quatrocentos mil reais para aquisição de medicamentos para a população. Agradeceu também ao judiciário pela retirada dessa publicação que o blog fez contra os cinco vereadores desta Casa. A população inteira conhece esses Vereadores e sabem quem realmente são. Agradeceu também ao Ministério Público Federal que pediu o cumprimento do piso salarial do magistério porque acredita que agora será cumprido. Se colocou a disposição

de todos os servidores municipais e pediu que o Prefeito mande para apreciação desta Casa um projeto de reajuste salarial para ao servidores. Lembrou que em 2021 fez um requerimento pedindo ao Executivo que conceda um auxílio alimentação de duzentos e cinquenta reais para os servidores, mas não foi contemplado, mas continuou trabalhando, em 2022 apresentou outro requerimento ao Executivo para conceder auxílio alimentação de trezentos reais, porém também não foi atendido. Falou também da dificuldade que os comerciantes estão enfrentando e não tem o apoio do poder público. Informou aos servidores que precisarem apresentar atestado de acompanhante e o município não aceitar que pode procurar o Ministério Público porque é direito do servidor. Ainda o Vereador Alcemar relatou para os pecuaristas e pequenos agricultores que hoje para enterrar um animal fica aproximadamente cento e dezoito reais, e que está com a Lei 2.424/2023, que a partir de julho até dezembro de cada ano os pecuaristas e produtores rurais podem fazer a comunicação ao Secretário de Agricultura pedindo a retroescavadeira e não pagará pelo serviço. O Projeto foi de sua autoria, acredita que não terão problema com isso porque o Secretário de Agricultura é muito eficiente. Usando a Tribuna o Presidente desta Casa, Vereador Roberto João, comentou a respeito das falas do Vereador Waguinho, que obtiveram uma decisão judicial em caráter liminar em face do blogueiro Alan Gonçalves, uma resposta pública que devem pelas publicações mentirosas desse blogueiro contra eles, atacando a honra e a imagem deles, na qual ele tenta vinculá-los a fatos que não ocorreram e o Alan Gonçalves por determinação judicial foi obrigado a apagar duas publicações e também impedido de fazer outras publicações dessa natureza contra os Vereadores sob pena de multa de cinco mil reais, diária, e pelo whatsapp sete mil reais, é bom que as pessoas que receberem esse tipo de material do Alan Gonçalves saibam que quem vier a compartilhar, disseminar essas mensagens também poderá sofrer essas sanções. Estão sendo alvos de uma tentativa difamatória por parte desse blogueiro, e dessa vez obtiveram uma decisão que corrige esse tipo de situação e agradeceu ao Juiz da Comarca. O Presidente desta Casa falou também a respeito da obra da dragagem do rio Calçado e do córrego, lembrou que no início do ano de 2021, 2022 e 2023 apresentou requerimento para falar a respeito da necessidade da

limpeza e desassoreamento do rio calçado, além disso, defendeu a construção de uma barragem na parte anterior da rua Moacir Garcia, próximo ao curral do Zé Nandico para conter a água que desce do córrego da areia e impedir esse volume que desce da zona rural atingisse o município provocando enchentes no perímetro central do município, é uma obra mais complexa, que demanda desapropriações e um investimento mais elevado, ainda não aconteceu mas é parte da solução do problema dos alagamentos de São José do Calçado, mas o Executivo obteve recurso, que acredita ser da defesa civil para promover o desassoreamento do município, do rio Calçado e de uma parcela do córrego da areia. Disse ainda que fizeram uma parte da ponte em direção a Guaçuí e uma parte em direção a Bom Jesus e pararam ali o trabalho, observou que foi investido um recurso de cerca de trezentos mil reais, aquela máquina não ficou ali por mais de três semanas e o recurso justificaria que fosse feito um trabalho para debaixo da ponte em direção a Bom Jesus adentrando a rua Domingos Martins e na região do Acqua Show até a ponte do remanso e esse trabalho parou e não foi dado continuidade, e como esse serviço foi feito até a ponte, percebe-se que a água está remansando até a ponte porque ali está mais fundo do que o restante do rio, sendo assim fez um apelo ao Secretário de Obras e ao Prefeito porque trezentos e setenta mil reais é um recurso significativo que daria para corrigir em definitivo para que a água pudesse ter vazão, mas foi feito apenas um trecho, e quando passa pela ponte já sente o odor porque a água está ficando parada. Disse ainda que recebeu telefonema de moradores daquela região do Corguinho porque fizeram uma escavação naquele trecho próximo do campo do Americano, parou na ponte do Corguinho e a água está parada porque o leito está mais fundo que o restante do rio, debaixo das casas não tem como fazer a dragagem com escavadeira e aquele é um trecho de esgoto a céu aberto, está ficando insuportável para os moradores daquela região. Em sua opinião tentaram vender uma solução que na verdade agravou o problema, disse que acredita que as intenções foram até boas, porém precisam fazer a parte baixa, em sua opinião esse serviço deveria ter sido feito de baixo para cima e não o contrário como foi feito. Anunciou que irá fazer um ofício ao Secretário de Obras pedindo uma solução porque foram investidos mais de trezentos e setenta mil reais e esse recurso era suficiente

para dar uma solução definitiva para a questão do rio Calçado. Porque no Corguinho até entende que são vários imóveis construídos sobre o leito do córrego. Mas com esse recurso daria para fazer uma dragagem da região do Posto Alterosa até a ponte do remanso. O Presidente da Câmara comentou que aguardam ansiosos a chegada do Projeto concedendo o piso salarial da enfermagem, assim que esse projeto chegar vai marcar uma sessão extraordinária para apreciação porque é um recurso que já está em conta e é um direito do servidor mediante lei federal, basta apenas que o Executivo traga esta Lei para a realidade do município. Em seguida fez uso da Tribuna a Vereadora Janaina que após cumprimentar a todos registrou que no dia 04/09 teve a oportunidade de levar o nome de São José do Calçado ao gabinete do Superintendente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado do Espírito Santo Dr. Guilherme Gomes de Souza e agradeceu a oportunidade e a forma como foi recebida naquele gabinete, e na oportunidade levou diversas demandas, entre elas pavimentação rural dos pontos críticos da zona rural do município, reivindicou também pontes e equipamentos para as associações. Comunicou que no dia 15/09 o Dr. Guilherme estará visitando o nosso município e o levará até a indústria de água mineral para reivindicar aquele trecho de um quilômetro que precisa de pavimentação rural. Disse que estará reivindicando também a ponte da água mineral. Ainda a Vereadora Janaina falou sobre o dia 07 de setembro, que se inicia numa história de proclamação da república no ano de 1822, há 201 (duzentos e um) anos atrás, e por traz da independência do Brasil tinha o trajeto do empoderamento e a participação de uma princesa, a princesa Leopoldina. Há 201 anos a mulher já tinha a sua função na política, a mulher já era corajosa. A princesa Leopoldina teria aderido a independência do Brasil antes mesmo do seu esposo Dom Pedro, porque ela não queria permitir a invasão dos portugueses na nossa terra Brasil e junto com o Ministro José Bonifácio ela tomou a atitude de escrever uma carta em nome da conservação da monarquia pois ela temia os excessos liberais e as revoluções populares, pois na sua mente trazia consigo as fortes lembranças das execuções ocorridas durante a revolução francesa quando sua tia avó Maria Antonieta foi guilhotinada. A Vereadora Janaina disse que fez esse breve relato para dar ênfase na participação das mulheres na política. São José do Calçado está

de parabéns no ato de civismo realizando no dia 07 de setembro o desfile escolar na Praça Pedro Vieira com os alunos das escolas municipais. Disse que não poderia deixar de registrar na Tribuna desta Casa o trabalho belíssimo realizado pela direção, pelos professores, pela equipe de apoio das escolas municipais, os pais participando, a comunidade vibrando pelo ato de civismo de seus filhos na Praça Pedro Vieira. Parabenizou a todos por aquela apresentação nobre. Registrou também a participação dos carreiros, essa cultura brilhante do carro de boi em nosso município que precisa permanecer viva. Anunciou que amanhã é o último dia para fazer a inscrição no curso do Qualificar ES que estará acontecendo no município de São José do Calçado e no Distrito de Alto Calçado. O Qualificar ES é um programa do Governo do Estado do Espírito Santo e o nosso município foi contemplado com duas modalidades, informática e gastronomia e é uma satisfação muito grande, sendo assim vem convidar a todos a partir de 16 anos a participar desse curso de referência. Comentou que fez uma visita técnica na zona rural porque sexta-feira o representante do Ministério da Agricultura do Estado do Espírito Santo vai estar em nosso município. Desejou que Deus abençoe a todos para que possam continuar servindo a toda a comunidade. O Vereador Waguinho parabenizou a Vereadora Janaina pela conquista e acrescentou que o Qualificar é um programa muito importante para município. Finalizando a palavra franqueada usou a Tribuna desta Casa o Vereador Marven após cumprimentar a todos agradeceu a Deus pela oportunidade de estar nesta Casa. Mencionou também sobre a emenda que foi destinada ao nosso município pelo Deputado Federal Da Vitória e o valor de quatrocentos mil reais já está em conta e já está com ofício que será enviado ao Prefeito para que este dinheiro seja destinado somente para compra de medicamentos. Falou também a respeito dos monitores escolares e disse que fica triste com a situação que aconteceu a qual considera um erro gravíssimo por parte de um monitor que esqueceu uma criança de três anos dentro do transporte escolar. Sabe o carinho que os motoristas e os monitores têm pelas crianças, mas pede para que fiquem mais atentos quando deixarem as crianças no colégio, graças a Deus não aconteceu nada de pior. Falou também sobre a quadra localizada na Praça José Dutra Nicácio que ficou muito bacana, mas infelizmente ainda se encontra fechada. Ressaltou que o

esporte é um grande aliado para tirar os jovens das drogas, e pediu ao Executivo que providencie a manutenção da quadra do Distrito do Divino Espírito Santo, pedido que também já foi feito pelo Vereador José Manoel. O Vereador Marven alertou a população para que não caiam em golpe, pois algumas pessoas se passaram por ele, pelo Vereador Waguinho e pelo Vereador Alcemar pedindo pix pelo whatsapp, acredita que seja mais uma montagem maldosa de pessoas que não têm o que fazer, para tentar prejudicar o seu mandato. Parabenizou aos carreiros pelo evento da festa de carro de boi, parabenizou a todos os envolvidos com o desfile escolar de 07 de setembro que foi muito bacana. Disse que a festa foi muito boa, porém mais uma vez o dinheiro foi embora, não tinha barraqueiros da cidade. E perguntou sobre o que foi dito em campanha que a preferência era para calçadense. Pediu ao Prefeito para que na próxima festividade do município que coloque os barraqueiros da cidade para trabalharem. Lembrou que apresentou um requerimento na última sessão do dia 10 de agosto para o município fazer adesão ao Programa PETVIDA, e no último dia o município aderiu vai vir o recurso através da Deputada Estadual Janete de Sá que vem sempre lutando pela causa animal. Esse recurso é para ajudar a associação e as ONGs do município, para castração de animais de rua, agradeceu ao município pelo empenho e por ter feito a adesão ao programa. Finalizando, agradeceu a Deus e agradeceu a todos que acompanham os trabalhos desta Casa. Nada mais havendo a relatar, o Presidente informou que a próxima sessão ordinária desta Casa ocorrerá no dia 25 de setembro, e em seguida declarou encerrada a presente sessão. Nada mais havendo a relatar, eu Pedro Paulo Silva de Souza, 1º Secretário, lavro a presente ata que está devidamente assinada.

Roberto João M. C. Vervloet
Presidente

Pedro Paulo S. de Souza
1º Secretário